CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 661/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 — Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

- Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 — Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

- Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 — Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências.

- Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014 — Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

- Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 — Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil e dá outras providências.

- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- Lei Federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018 — Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

- Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022 — Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

- Lei Federal nº 14.835, de 4 de abril de 2024 — Institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura.

Matéria DSP 12829/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 661/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758323.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024 — Estabelece o marco regulatório do fomento à cultura, no âmbito da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- Lei Estadual nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006 — Institui o Programa de Ação Cultural – PAC e dá providências correlatas.

- Lei Estadual nº 17.431, de 14 de outubro de 2021 — Consolida a legislação paulista relativa à proteção e defesa da mulher.

- Lei Municipal nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985 — Dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Situação: alterada e revogada parcialmente.

- Lei Municipal nº 11.281, de 18 de novembro de 1992 — Institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Mostra Internacional de Cinema.

- Lei Municipal nº 11.793, de 1º de junho de 1995 — Autoriza o Executivo a celebrar convênio com a Sociedade Amigos da Cinemateca e conceder-lhe contribuição, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 12.380, de 13 de junho de 1997 — Cria o Museu do Samba no Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 12.401, de 3 de julho de 1997 — Institui a Galeria dos Imortais do Samba Paulistano.

- Lei Municipal nº 13.279, de 8 de janeiro de 2002 — Institui o Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.540, de 24 de março de 2003 — Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.712, de 7 de janeiro de 2004 — Dispõe sobre incentivos fiscais a cinemas que funcionem em imóveis cujo acesso seja por logradouro público ou em espaços semipúblicos de circulação em galerias, mediante contrapartidas socioculturais.

- Lei Municipal nº 14.071, de 18 de outubro de 2005 — Institui o Programa Municipal de Fomento à Dança para a Cidade de São Paulo e dá outras providências.

Matéria DSP 12829/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 661/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758323.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.406, de 21 de maio de 2007 — Institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007 — Consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 14.604, de 4 de dezembro de 2007 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de instituir o Dia do “Hip Hop”, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.024, de 10 de novembro de 2009 — Cria o Escritório de Cinema de São Paulo – ECINE (São Paulo City Film Commission), na Secretaria Municipal de Cultura, bem como dispõe sobre o seu quadro de cargos de provimento em comissão.

- Lei Municipal nº 15.204, de 18 de junho de 2010 — Fica denominado Marco Zero do Samba Paulistano o espaço livre sem denominação localizado no entroncamento das ruas da Glória, Lavapés, Tamandaré e do Glicério, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.372, de 3 de maio de 2011 — Dispõe sobre a organização da Escola Municipal de Iniciação Artística – EMIA, do Departamento de Expansão Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão.

- Lei Municipal nº 15.897, de 8 de novembro de 2013 — Altera a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que criou o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

- Lei Municipal nº 15.929, de 20 de dezembro de 2013 — Autoriza a constituição da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo.

- Lei Municipal nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013 — Dispõe sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos do Controle Social e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013 — Institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais, dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.162, de 13 de abril de 2015 — Dispõe sobre a criação do Programa Circo Popular no Município de São Paulo.

Matéria DSP 12829/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 661/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758323.

autuado por cintiacarrer em 25/08/2026 15:54:54.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.173, de 17 de abril de 2015 — Concede isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU aos imóveis em que se estabelecem teatros e espaços culturais nas condições que especifica.

- Lei Municipal nº 16.278, de 5 de outubro de 2015 — Institui o Fundo Municipal de Cultura de São Paulo, destinado a apoiar e suportar financeiramente projetos culturais.

- Lei Municipal nº 16.333, de 18 de dezembro de 2015 — Institui o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) do Município de São Paulo, com o fim de assegurar a todos o acesso ao livro, à leitura e à literatura.

- Lei Municipal nº 16.353, de 7 de janeiro de 2016 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal dos Direitos Culturais, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.496, de 20 de julho de 2016 — Institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.598, de 21 de dezembro de 2016 — Institui o Programa Municipal de Fomento ao Circo para a Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.607, de 29 de dezembro de 2016 — Institui o Programa Ruas Abertas e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.841, de 9 de fevereiro de 2018 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de os equipamentos culturais municipais, sob a gestão direta da Secretaria Municipal de Cultura, contarem com programação contínua, nos dias e horários que especifica.

- Lei Municipal nº 17.218, de 25 de outubro de 2019 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês de Agosto Lilás e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.686, de 19 de outubro de 2021 — Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização à plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências.

- PL 291/2026 Cria o Programa Mulheres na Cultura no âmbito do Município de São Paulo.

Matéria DSP 12829/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 661/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758323.

autuado por cintiacarrer em 25/08/2026 15:54:54.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 168/2026 Cria o Museu da Cultura Lésbica de São Paulo, dedicado à valorização da memória e da comunidade lésbica do município, e dá outras providências.

- PL 1319/2025 Institui o Programa “Mulheres que Inspiram”, que cria um banco público de referências femininas paulistanas em diversas áreas, para incentivar a participação de mulheres em palestras, eventos, conselhos e campanhas educativas no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12829/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 25/08/2026 e juntado ao PL 661/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=758323.